Processo Eletrônico e Informatização do Poder Judiciário: destaques da experiência catarinense

16º Encontro ibero americano de governo eletrônico e inclusão digital e 2º Congresso ibero americano de investigadores y docentes de derecho e informática CIIDDI 2013
UFSC - Florianópolis, 02 de maio de 2013

João Alexandre Dobrowolski Neto
Juiz do Juizado Especial Cível e Criminal de Santo Antônio de Lisboa
Integrante do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Bases - SAJ:

- PJSC: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ
  SAJ PG 5 / SAJ SG 5 - base centralizada – migração SAJ 3

- Processo Físico e Eletrônico
- Com assinatura digital via Certificado Digital ICP-Brasil
- Com interoperabilidade

- E-Processo X I-Processo X U-Processo

Florianópolis, 02/05/2013:

- **Comarca da Capital com processos novos 100% digitais a partir de maio - 30/04/2013**
- A comarca da Capital, a partir desta quinta-feira (2/5), autuará seus novos processos apenas em formato digital, resultado da conclusão de mais uma etapa de implantação do sistema SAJ/5, em andamento em todo o território catarinense.
- A tramitação de processos exclusivamente em meio digital cresce no Judiciário de Santa Catarina desde a experiência pioneira, registrada em outubro de 2006, na Vara de Execução Fiscal da Fazenda Estadual da comarca de Lages.
- Desde então, os feitos digitais já somam 495.586 – número que representa aproximadamente 15% dos processos ativos em trâmite na Justiça Estadual. (...)

Futuro Próximo – SAJ 5 e Processo Eletrônico:

- Implantação em todas as Comarcas – já em Lebon Regis, Meleiro, Presidente Coutinho, Camboriú, Capital / JEC Blumenau e Joinville e Execução Penal de Criciúma
- Implantação no Tribunal de Justiça – Pilotos 1ª e 8ª TR
- Equipe de Digitalização – pilotos Unidades de Bancário da Capital; EF de Camboriú; Execução Penal de Criciúma; Unidade de Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa / TJSC STJ
- Videoconferência e melhorias na Gravação de Audiências (especialmente esteganografia)

Processo Eletrônico:

- O Processo Eletrônico é solução?

Processo Eletrônico:

- (...). O **índice de satisfação** dos **jurisdicionados** supera esmagadoramente o **índice de reclamações** com a implantação dos autos totalmente virtuais nos **Juizados Especiais Federais da 2ª Região**. A experiência de quem já lida com o processo eletrônico é um indicativo de que será positivo deixar para trás a era do papel. (A informatização do processo judicial sem traumas, Henrique Guelber de Mendonça, Revista de Processo 166, de dezembro de 2008, p. 128).

Processo Eletrônico:

- Espaço Vital - 11.09.08 - Lançamento da Certificação Digital da OAB
- (...)
- Uma comparação feita no **TRF da 4ª Região**, quando se implantou o processo eletrônico, mostrou que enquanto o processo em papel levou **mais de 600 dias** para ser resolvido, um caso semelhante conduzido digitalmente foi solucionado **em 52 dias**.
- (...)

Processo Eletrônico:

- Novas tecnologias aprimoram gestão judiciária – CNJ 03 de Maio de 2007
- (...)
- "A justiça pode ficar aberta 24 horas por dia 365 dias ao ano, não existe mais porta fechada", diz o secretário geral do **CNJ**, juiz Sérgio Renato Tejada, sobre a facilidade do cidadão e do advogado quanto ao acesso aos processos eletrônicos. O CNJ apresentou o processo eletrônico (Projudi), que além do acesso 24 horas, de acordo com estimativas feitas no TRF 4ª Região (RGS, PR e SC) diminui custos e melhora a gestão dos recursos humanos. São necessários apenas mil novos processos para recuperar o investimento de instalação de um novo **juizado virtual**.
- Ainda no caso do TRF 4ª Região, todo o investimento em processo virtual já foi recuperado com uma economia de aproximadamente 4,36 milhões de reais com os cadernos processuais. Além da economia, 160 mil processos virtuais **liberam 40 servidores de trabalhos burocráticos como grampear e levar processos. Esses servidores podem ser melhor aproveitados, pela gestão judiciária, e valorizados em sua atuação**.
- (...)

Processo Eletrônico:

- Urnas eletrônicas e sistemas do CNJ foram atrações de Congresso no Chile – CNJ 06 de Novembro de 2008
- (...)
- Experiências - No último dia do evento, o representante da **Microsoft Humberto Aicardi** apresentou a iniciativa de implementação, durante dois anos, da digitalização do processos no **Tribunal de Justiça de São Paulo**, (...).
- De acordo com Aicardi, (...) "Ao permitir o acompanhamento dos processos por meio eletrônico, a informatização significa também inclusão digital dos cidadãos", afirmou, ressaltando o ganho econômico desse processo, "pois para cada US$ 1 gasto com processo digital, são gastos US$ 3 para o processo em papel".
- MG/SR
- Agência CNJ de Notícias

Processo Eletrônico:

- Notícias do STJ 02-03-09 - ENTREVISTA
- Desembargador Celso Limongi: o fim do processo em papel dará celeridade à Justiça
- (...)

- De acordo com o desembargador, nessas varas digitalizadas, é necessário um terço do número de servidores que um cartório convencional exige. E a digitalização não reduz apenas o numero de funcionários, como também a necessidade de estantes, de criar grandes armazéns para arquivo e de veículos administrativos para transporte dos autos. "**O serviço é limpo, rápido e seguro**", testemunha o desembargador Limongi.
- (...)

Processo Eletrônico:

- 98% redução do tempo desde a preparação das peças de ajuizamento (petição e CDA,s) até a emissão do despacho inicial e expediente de citação – (WS)

- Até 70 % aceleração no trâmite dos processos

- Até 70% diminuição do espaço físico e mão de obra necessárias para operar o processo digital

Processo Eletrônico:

- http://www.dnt.adv.br/noticias/tecnologia-reduz-custos-de-escritorios-de-advocacia-em-cerca-de-30/
- 02.08.2010

- **Tecnologia reduz custos de escritórios de advocacia em cerca de 30%**
- Reportagem do Jornal Diário Comércio e Indústria publicado em 02/08/2010
- *Tecnologia reduz custos de escritórios em cerca de 30%*

- O caminho ainda é longo, mas o Judiciário finalmente começa a utilizar cada vez mais o processo virtual. A partir de hoje, o Supremo Tribunal Federal (STF), comandado pelo ministro Cezar Peluso, passa a receber apenas por meio eletrônico um total de 15 tipos de processo, entre eles habeas corpus e mandado de segurança. A medida deve trazer uma economia em torno de R$ 15 mil nos próximos cinco meses. **O uso da tecnologia, no entanto, já é rotina nos escritórios de advocacia e representa uma redução de custos de cerca de 30%.**

Processo Eletrônico:

- **FOLHA DE SÃO PAULO - STJ dá início à digitalização de 450 mil processos para acelerar julgamentos -** Flávio Ferreira

O STJ (Superior Tribunal de Justiça), segunda Corte na hierarquia do Judiciário brasileiro, iniciou a eliminação total do papel nos seus procedimentos. A estimativa é a de que, até dezembro, o conteúdo de 450 mil ações tenha sido digitalizado. O número inclui o acervo de 250 mil processos que já estão sendo escaneados e 200 mil novas ações que devem chegar ao STJ até o final do ano. As medidas poderão resultar em uma economia de R$ 20 milhões por ano, que são gastos com o transporte de volumes das ações judiciais. Ainda não foi concluída a estimativa final de redução de custos. Os tribunais de segunda instância -TJs (Tribunais de Justiça), estaduais, e TRFs (Tribunais Regionais Federais)- foram convocados a enviar o conteúdo de recursos judiciais por via eletrônica ao STJ. A adoção do procedimento, porém, poderá provocar problemas de armazenamento nessas cortes, cujas salas e depósitos estão abarrotados. Na estrutura do Judiciário, as partes que perdem causas nesses tribunais podem recorrer ao STJ. Os recursos fazem com que todos os volumes das ações nas instâncias inferiores sejam enviados ao STJ. Com informatização total da corte, os processos passarão a ficar represados nos TJs e TRFs, onde já falta espaço. Segundo o presidente do STJ, Cesar Asfor Rocha, o resultado deve ser a aceleração dos julgamentos. A distribuição de um recurso no tribunal, que em média dura quatro meses, passará a ser feita em dois dias com o novo sistema. Outro benefício será a possibilidade de advogados e seus clientes consultarem as páginas dos processos de qualquer computador ligado à internet.

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Cezar Britto, diz que a entidade está preocupada com a mudança, pois há um grande número de advogados que não tem acesso a computadores e são "excluídos digitais". O presidente do STJ, afirma, porém, que é mais fácil para um advogado que não tem computador ir a locais como "lan houses", para acessar o conteúdo dos processos, do que ir ao STJ, em Brasília, para verificar a situação dos recursos.(online) (28/04/2009)

Processo Eletrônico – panacéia?

- Parafraseando Bruce Schneider, citado por Marcacini, **se você pensa que a tecnologia resolverá todos os seus problemas, então você não entende nada nem de tecnologia nem de seus problemas**. Os autos não mais estarão entupindo as secretarias nem as mesas dos juízes. A par disso, não se pode dar crédito ao dito popular "o que os olhos não vêem, o coração não sente". (A informatização do processo judicial sem traumas, Henrique Guelber de Mendonça, Revista de Processo 166, de dezembro de 2008, p. 121)

Processo Eletrônico – panacéia?

- http://www.dnt.adv.br/noticias/processo-eletronico/varas-de-execucao-fiscal-do-rio-adotam-processo-virtual/
- **Sent:** Tuesday, March 10, 2009 5:13 AM **Subject:** Resumo das Notícias DNT - O Direito e as novas tecnologias - 10 new articles

- **Varas de Execução Fiscal do Rio adotam processo virtual**
- O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região** (Rio e Espírito Santo) vai estender o modelo de processo virtual para todas as Varas de Execução Fiscal durante este ano. Baseado no projeto virtual do Juizado Especial Federal, o sistema faz dos computadores dos servidores e juízes uma espécie de escritório. Nele, os processos não são organizados somente pelo número. Há estantes virtuais e uma série de recursos que permite um trabalho mais racional e, consequentemente, mais ágil.
- (...)
- Prazos sem lugar
- Uma das vantagens do processo eletrônico é a rapidez. O efeito da mundança já foi sentido na **3ª Vara de Execução Fiscal do Rio**. Quando uma ação chegava em papel, um servidor tinha de colocar uma capa, incluir o documento na pasta, carimbar e numerar todas as folhas. "Em um processo, isso é feito rapidinho. Mas não estamos falando de um, mas de centenas de processos todos os dias", afirmou a juíza Fernanda Duarte.
- Ela explica que entre a chegada da ação até a citação da Fazenda, por exemplo, pode-se levar, dependendo da vara, três semanas para que os procedimentos sejam feitos. É o tipo de prazo que não está em lugar nenhum. "Quando se fala em celeridade, são esses gargalos que têm de ser resolvidos. Gargalos que não estão na lei, mas na prática judiciária."
- "Na vara virtual, não tem como deixar o processo nesse limbo", constata. A juíza afirma que há como saber onde o processo está: na conclusão, aberto à parte ou aguardando cumprimento de prazo. Para ela, o processo virtual oferece mais transparência.

"Uma vara virtual que não tem conclusão alta não está andando."

- Fernanda Duarte acredita que, mesmo com o processo virtual, vai continuar existindo gargalo no Judiciário. "Não adianta achar que a virtualização vai resolver o problema, porque não vai. Vai explicitar outros problemas", afirma.
- Para a juíza, não adianta só o Judiciário se modernizar se os órgãos, sobretudo públicos, continuarem despreparados para **acompanhar os avanços tecnológicos**.

"Não adianta a Justiça atingir a velocidade da luz e a Fazenda andar como uma carroça."

Processo Eletrônico – panacéia?

- Novas obrigações para os Advogados (cadastramento de metadados, uso de certificado digital, custos de adequação de escritório)

- Solução Unitária? multiplicidade de sistemas X multiplicidade de portais (Central Nacional de Informações Processuais e Extraprocessuais – CNIPE / MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade)

- Exclusão digital e Deficiência de infra-estrutura

Processo Eletrônico – panacéia?

- VALOR ECONÔMICO - Processo eletrônico pode deixar metade dos servidores sem função - Arthur Rosa e Luíza de Carvalho (Resenha TJSC 18-05-2010)

X

- Produtividade X Treinamento / Especialização - A Estória do Gato –

Processo Eletrônico – panacéia?

- Ergonomia
- CVS (Computer Vision Syndrome - vista cansada)
- LER/DORT
- Redução de movimentação
- Alienação
- Stress
- TJSC – Processo Administrativo 431054-2011.3
- TRF 4 – RESOLUÇÃO 122/2011, Dispõe sobre a adoção de pausas durante a jornada de trabalho e de normas de saúde e segurança no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região. (CONSIDERANDO que a Norma Regulamentadora nº 17, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estabelece normas de ergonomia e de proteção à saúde nas atividades de processamento eletrônico de dados e, também, pausas regulares durante a jornada de trabalho;)

Processo Eletrônico X EF X IPEA:

- Início » Justiça 2.0

- **Informatização de processos e contratação de pessoal não melhoram desempenho da Justiça, diz Ipea**

- Agência Brasil e IPEA 19 de abril de 2011

- A informatização de processos e a contratação de mais servidores, geralmente apontadas como ferramentas importantes para agilizar a tramitação no Judiciário, não se mostram tão eficazes após uma análise detalhada. A conclusão faz parte de um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o custo da execução fiscal na Justiça Federal.
- Em relação à informatização, o levantamento aponta que não foram identificadas variações significativas de desempenho entre as varas que usam processos físicos, digitais ou virtuais. Entretanto, lembra que a amostragem de processos virtuais foi baixa e que isso pode ter influenciado o resultado. "Por outro lado, não se deve desprezar a possibilidade de que a informatização realmente não esteja exercendo o impacto esperado sobre o processamento das ações."
- O estudo também critica o fato de que a informatização não tenha sido seguida por mudanças organizacionais e de treinamento de pessoal. Segundo os especialistas, a digitalização apenas muda o suporte do processo, mas os ritos continuam são os mesmos. "O ganho obtido com a supressão de determinadas tarefas burocráticas em função da digitalização acaba sendo anulado pela criação de novas tarefas, como o escaneamento de peças processuais", diz o estudo.
- Ainda segundo o levantamento, as diferentes formas de organização de trabalho nas varas também são irrelevantes em termos de produtividade, assim como a contratação de pessoal. "Neste estudo não se observou qualquer evidência empírica significativa de que o quantitativo de processos por serventuário esteja correlacionado com o tempo de duração do executivo fiscal, nem com a probabilidade deste [processo] sofrer baixa por pagamento."
- **Comunicado do IPEA**
- O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentou no dia 19, o Comunicado do Ipea n° 87: Custo Unitário do Processo Fiscal na Justiça Federal – Variações relevantes. O Comunicado tem como objetivo analisar o processo de execução fiscal na justiça federal evidenciando os gargalos e as principais características dos trâmites judiciários. O estudo aborda aspectos como a organização do Sistema de Justiça Federal, a organização regional, especialização e autonomia das varas federais, o perfil das demandas, entre outros aspectos.
- O tema Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal na Justiça Federal já foi abordado no comunicado do Ipea nº 83, lançado no último mês de março. Na ocasião, foram abordados aspectos como o perfil da execução fiscal, os fluxos e tempos médios da execução fiscal, entre outros. O comunicado que foi apresentado nesta terça-feira é a segunda parte desse estudo.
- **Referência:** Íntegra do Comunicado do Ipea nº 87 e Íntegra do relatório de pesquisa sobre o Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal na Justiça Federal

- http://www.internetlegal.com.br/2011/04/informatizacao-de-processos-e-contratacao-de-pessoal-nao-melhoram-desempenho-da-justica-diz-ipea/

EF Eletrônica TJSC - destaques:

- Portal de Serviços E-SAJ – comunicação/peticionamento eletrônica/consulta

- interoperabilidade - integração x retrabalho

- Automatizações do Processo Eletrônico

– AR Digital

- Cartório Remoto do Processo Eletrônico

Processo Eletrônico:

- 98% redução do tempo desde a preparação das peças de ajuizamento (petição e CDA,s) até a emissão do despacho inicial e expediente de citação – (WS)

AR Digital – interoperabilidade x retrabalho:

Postagem em 2009 (parcial):

Comarca	Quantidade	Tipo
Capital	- 8281	- Multipaginado
Capital	- 19.368	- Autoenvelopável

- (Citação sem contrafé - também TRF 4 Res. 17/2010)

AR Digital – interoperabilidade x retrabalho:

- Unidade da Execução Fiscal Municipal da Capital

  - Número de Servidores X Processos físicos X Processos eletrônicos

Custas GRJ Grupo 1 - janeiro a outubro de 2009

Processo	**Valor**
Físico	R$ 68.340,41
Eletrônico	R$ 386.903,21

Sistema de Automação do Judiciário - Primeiro Grau

Cadastro Andamento Carga Expediente Mandados AR Arq. Cent. Publicação Certidão Custas Consulta Relatórios Utilitários Ajuda

Fluxo de Trabalho

Filas de Trabalho | Pesquisar | Fluxo de trabalho: Execução Fiscal | Fila de trabalho

Filas de trabalho

- Processo
  - Concluso para Despacho - Emenda da Ini
  - Concluso/Ato - Inicial (9)
  - Concluso para Despacho (4)
  - Concluso para Decisão Interlocutória (1)
  - Concluso para Sentença (2)
  - Concluso - Recurso
  - BacenJud - Concluso Decisão (7)
  - BacenJud - Bloquear Valor (3)
  - BacenJud - Ag. Protocolo e Resposta (1)
  - BacenJud - Ag. Transferência
  - BacenJud - Contadoria (402)
  - Ag. Análise do Cartório (4)
  - Ag. Análise do Cartório - Competência
  - Ag. Análise do Cartório - Regularidade da i
  - Ag. Análise do Cartório - Penhora (1)
  - Ag. Análise do Cartório - Termo de penhor
  - Ag. Análise do Cartório - Trânsito em Julga
  - Contadoria (6)
  - Conta Única - Ag. Análise do Cartório
  - Conta Única - Ag. Resposta
  - Ag. Encerramento do Ato (39)
  - Processo Suspenso
  - Suspensão - Parcelamento do débito
  - Suspensão - Emenda da Inicial
  - Suspensão - LEF 40 (1)
  - Arquivo Administrativo - LEF 40
  - Processo Arquivado (3)
  - Processo Arquivado Administrativamente (
  - Ag. Cadastramento

Estilo da visualização: Padrão

Emitir | Emitir todos | Emitir e assinar | Emitir e assinar todos

Arraste um cabeçalho de coluna aqui para agrupar pela coluna

S..	Seq.						Processo	Classe	Entrada	Alocado para ...	Movimentaçã...
☐	9			2			023.08.800240-6	Execução Fiscal -			
☐	4						023.08.800079-9	Execução Fiscal -			
☐	7						023.09.800020-1	Execução Fiscal -			
☑	1						023.09.900752-8	Execução Fiscal -			
☑	2						023.09.900753-6	Execução Fiscal -			
☑	3						023.09.900754-4	Execução Fiscal -			
☑	4						023.09.900755-2	Execução Fiscal -			
☑	5						023.09.900756-0	Execução Fiscal -			
☑	6						023.09.900757-9	Execução Fiscal -			

Introduzir PIN

Para efetuar logon em "Banco do Brasil"

Introduzir PIN:

✗ O comprimento mínimo do PIN é 8 bytes

✓ O comprimento máximo do PIN é 8 bytes

OK | Cancelar

Emitir\Assinar e Liberar os Documentos nos Autos Digitais em Bloco

Selecione o magistrado que deverá assinar os documentos emitidos:

Magistrado :

3768 | Maria de Lourdes Simas Porto Vieira

Selecione o certificado digital

LUCIO AIRTON FRANZEN:46088245034

Emitir | Interromper | Restaurar | Fechar

Realiza a emissão dos documentos dos processos selecionados

9 objetos selecionado | Existem 9 processos nesta fila

Partes: Município de Florianópolis X Adriana Martins Representacoes Ltda

Sistema de Automação do Judiciário - Primeiro Grau

Cadastro Andamento Carga Expediente Mandados AR Arq. Cent. Publicação Certidão Custas Consulta Relatórios Utilitários Ajuda

Fluxo de Trabalho

Filas de Trabalho | Pesquisar | Fluxo de trabalho: Execução Fiscal | Fila de trabalho | Lege

Filas de trabalho

- Processo
- Petição intermediária
- Ofício
  - Ag. Emissão (6)
  - Em Elaboração
  - Ag. Assinatura do Juiz ou Escrivão (2)
  - Ag. Liberar nos Autos Digitais
  - Ag. Impressão
  - Ag. Envio para os Correios (63)
  - Ag. Postagem
  - Com os Correios (6)
  - Ag. Decurso de Prazo (1)
  - Ag. Certificação de Prazo (3)
  - Ag. Análise de ARs não Cumpridos
  - Ag. Análise do AR
- Despacho
- Decisão interlocutória
- Sentença
- Alvará
- Ato ordinatório
- Audiência
- Auto
- Carta
- Certidão cartório
- Certidão edital
- Certidão oficial
- Citação\Intimação\Vista (Portal\DJ)
- Documento
- Edital
- Mandado
- Serviço social

Estilo da visualização: Padrão

Arraste um cabeçalho de coluna aqui para agrupar pela coluna

S..	Seq.	Processo	Classe	Entrada	Alocado para ...	M

Sistema de Automação do Judiciário - Primeiro Grau

Cadastro Andamento Carga Expediente Mandados AR Arq. Cent. Publicação Certidão Custas Consulta Relatórios Utilitários Ajuda

Visualização de Processos

Arquivo Fluxo de Trabalho Configurações

Processo: Classe :

023.06.810411-4 | 00000 | Execução Fiscal - Município/Autarquias Municipais

Assistência Judiciária Importar cálculo de custas

1 de 1 Propriedades 100% Peça : Aviso de Recebimento - AR Página : 6

- 023.06.810411-4
  - Petição
  - Certidão de Dívida Ativa
  - Certidão de Dívida Ativa
  - Despacho
  - Ofício
  - Aviso de Recebimento - AR
    - Página: 6

Mostrar peças sem efeito

CORREIOS AR Digital AR

DESTINATÁRIO LOTE: 57
Orlando Manoel Augusto
Rod Joao Paulo, 1670, , Joao Paulo
88030-300, Florianópolis, SC
AR232149715TJ / 88030-300

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR OU DO OBJETO
Núcleo de Operações do SGD
Rua Romeu José Vieira, 90 - Bloco A, 5º Andar
88110-972, São José, SC

Carta
TJ/SC
CORREIOS

CDD - NORTE
23 ABR
FPOLIS - SC

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ___/___/___ ___:___h
2º ___/___/___ ___:___h
3º ___/___/___ ___:___h

ATENÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO(OPCIONAL)
023071322038-000-001

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Inf. portaria/síndico
6 Outros
7 Recusado
8 Não procurado
9 Ausente
10 Falecido
11 Área não atingida

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Thiago Alvarenga Rodrigues
Matrícula - 8.710.379-6
Agente de Correios/Dist.
CDD/FNS Norte

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA 23/04/09

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR
CLAUDIO RODRIGUES

Nº DOC IDENTIDADE
[illegible]

nicípio
dar, Centro
SC
5BR

Sistema de Automação do Judiciário - Primeiro Grau

Cadastro Andamento Carga Expediente Mandados AR Arq. Cent. Publicação Certidão Custas Consulta Relatórios Utilitários Ajuda

Visualização de Processos

Arquivo Fluxo de Trabalho Configurações

Processo: 023.07.818349-1 00000 Classe : Execução Fiscal - Município/Autarquias Municipais

Termo de penhora

1 de 1 Propriedades 100% Peça : Ato Ordinatório Página : 8

- 023.07.818349-1
  - Petição
  - Certidão de Dívida Ativa
  - Certidão de Dívida Ativa
  - Certidão de Dívida Ativa
  - Certidão de Dívida Ativa
  - Despacho
  - Ofício
  - Ato Ordinatório
    - Página: 8

Mostrar peças sem efeito

PODER JUDICIÁRIO
Comarca da Capital
Vara de Execuções Fiscais do Município

Autos nº 023.07.818349-1

Ação: Execução Fiscal - Município/autarquias Municipais/Execução
Exequente: Município de Florianópolis
Executado: Gustavo Sbissa

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Conforme o Manual de Procedimentos do Cartório Cível, pratiquei o ato processual abaixo:

Certifico que a correspondência encaminhada para citação/intimação do executado foi devolvida pelos correios.

⇒ **Fica intimado o exeqüente para manifestar-se sobre a correspondência devolvida (Juntada de AR : AR232293629TJ**
Situação : Não existe nº indicado
Modelo : Citação Execução Fiscal Eletrônica Autoenvelopável
Destinatário : Gustavo Sbissa).

AR Digital – interoperabilidade x retrabalho:

- TJ alcançará 200 mil ARs digitais emitidos em 3 anos de pioneirismo no país - 30/11/**2011** 15:53

- Com alicerce na tecnologia da informação, o Tribunal de Justiça pavimenta seu caminho para construir um novo Judiciário. Neste mês, quase três anos após efetivar o serviço, o TJ comemora o sucesso da integração com a EBCT, que proporcionou à Justiça catarinense lançar em primeira mão, no país, o AR Digital. O primeiro deles foi emitido em 6 de março de 2009.
  Hoje, o número já ultrapassa 185 mil objetos enviados pelo meio, com expectativa de alcançar 200 mil até o final do ano. Foram 35 mil em 2009, 50 mil em 2010 e, nos primeiros 11 meses deste ano, mais 98 mil. E o pioneirismo do Judiciário catarinense já fez escola. Em 2011, os Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, Paraná, Amazonas e Rio Grande do Norte adotaram o serviço, também conhecido como V-Post. A EBCT informa, ainda, que os Tribunais de Justiça de São Paulo e do Pará já assinaram contrato e passarão a utilizar o sistema a partir do ano que vem.
- Em Santa Catarina, o V-Post passa por um processo de migração para um projeto corporativo denominado e-Carta, a ser implantado em 2012, com as seguintes vantagens: ferramentas de captação e disponibilização de informação; rastreabilidade de todo o processo; ampliação da estrutura de tecnologia; criação de novos centros de produção; disponibilização de novos serviços como carta simples, registrada, mão própria e Sedex; e estrutura dedicada ao atendimento a serviços digitais.
- (http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action;jsessionid=549E5F5C2EC8BF9492106D4478F631B0?cdnoticia=24875)

Cartório Remoto do Processo Eletrônico:

- LC 339/2006 - Novo CDOJESC – Varas Regionais

  Res. 16/2006 – TJ / Res. 17/2006 – TJ / Res. 2/2008-TJ

- GECOF – Gerência de Cobrança de Custas Finais

  Resolução Conjunta 04/07-GP/CGJ - Institui o Sistema de Gerência de Cobrança de Custas Finais – Provimento 08/2007 - Regulamenta os procedimentos relativos às atividades da Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF.

- Resolução Conjunta 4/2009 – GP/CGJ
- Resolução Conjunta 4/2011 – GP/CGJ

Cartório Remoto do Processo Eletrônico:

SAJ PG 5 - processo eletrônico

EF Eletrônica – 28 Comarcas – PGE/SC e PGM

Araranguá, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Biguaçu, Blumenau, Braço do Norte, Brusque, Camboriú, Capital, Criciúma, Gaspar, Guaramirim, Imbituba, Indaial, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Navegantes, Palhoça, Porto Belo, Rio Negrinho, São Francisco do Sul, Tijucas, Timbó e Urussanga

Cartório Remoto do Processo Eletrônico:

35 Municípios com EF Eletrônicas

01 - Município de Araranguá / 02 - Município de Balneário Arroio do Silva / 03 - Município de Maracajá / 04 - Município de Balneário Camboriú / 05 - Município de Antonio Carlos / 06 - Município de Biguaçu / 07 - Município de Governador Celso Ramos / 08 - Município de Blumenau / 09 - Município de Criciúma / 10 - Município de Siderópolis / 11 - Município de Florianópolis / 12 - Município de Guaramirim / 13 - Município de Massaranduba / 14 - Município de Schroeder / 15 - Município de Imbituba / 16 - Município de Itajaí / 17 - Município de Jaraguá do Sul / 18 - Município de Joinville / 19 - Município de Balneário Piçarras / 20 - Município de Penha / 21 - Município de Rio Negrinho / 22 - Município de São francisco do Sul / 23 - Município de Tijucas / 24 - Município de Rio dos Cedros / 25 - Município de Timbó / 26 - Município de Morro da Fumaça / 27 - Município de Urussanga / 28 - Município de Camboriú / 29 - Município de Itapema / 30 - Município de Itapoá / 31 - Município de Luiz Alves / 32 - Município de Navegantes / 33 - Município de Bombinhas / 34 - Município de Porto Belo / 35 – Município de Lages

CREPE e WS:

Municípios utilizando WS para encaminhar petições:

1 Município de Balneário Piçarras
2 Município de Biguaçu
3 Município de Blumenau
4 Município de Bombinhas
5 Município de Criciúma
6 Município de Florianópolis
7 Município de Itapoá
8 Município de Lages
9 Município de Massaranduba
10 Município de Penha
11 Município de Navegantes
12 Município de Timbó

a caminho o Município de Itajaí

CREPE e WS:

Municípios utilizando WS para receber comunicações de atos processuais:

Município de Florianópolis (cartório local)

Município de Lages (cartório local)

Município de Biguaçu

Município de Blumenau

2009 a 2012 – empresas

Processo Eletrônico X EF X IPEA:

- Início » Justiça 2.0

- **Informatização de processos e contratação de pessoal não melhoram desempenho da Justiça, diz Ipea**

- Agência Brasil e IPEA 19 de abril de 2011

- A informatização de processos e a contratação de mais servidores, geralmente apontadas como ferramentas importantes para agilizar a tramitação no Judiciário, não se mostram tão eficazes após uma análise detalhada. A conclusão faz parte de um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o custo da execução fiscal na Justiça Federal.
- Em relação à informatização, o levantamento aponta que não foram identificadas variações significativas de desempenho entre as varas que usam processos físicos, digitais ou virtuais. Entretanto, lembra que a amostragem de processos virtuais foi baixa e que isso pode ter influenciado o resultado. "Por outro lado, não se deve desprezar a possibilidade de que a informatização realmente não esteja exercendo o impacto esperado sobre o processamento das ações."
- O estudo também critica o fato de que a informatização não tenha sido seguida por mudanças organizacionais e de treinamento de pessoal. Segundo os especialistas, a digitalização apenas muda o suporte do processo, mas os ritos continuam são os mesmos. "O ganho obtido com a supressão de determinadas tarefas burocráticas em função da digitalização acaba sendo anulado pela criação de novas tarefas, como o escaneamento de peças processuais", diz o estudo.
- Ainda segundo o levantamento, as diferentes formas de organização de trabalho nas varas também são irrelevantes em termos de produtividade, assim como a contratação de pessoal. "Neste estudo não se observou qualquer evidência empírica significativa de que o quantitativo de processos por serventuário esteja correlacionado com o tempo de duração do executivo fiscal, nem com a probabilidade deste [processo] sofrer baixa por pagamento."
- **Comunicado do IPEA**
- O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentou no dia 19, o Comunicado do Ipea n° 87: Custo Unitário do Processo Fiscal na Justiça Federal – Variações relevantes. O Comunicado tem como objetivo analisar o processo de execução fiscal na justiça federal evidenciando os gargalos e as principais características dos trâmites judiciários. O estudo aborda aspectos como a organização do Sistema de Justiça Federal, a organização regional, especialização e autonomia das varas federais, o perfil das demandas, entre outros aspectos.
- O tema Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal na Justiça Federal já foi abordado no comunicado do Ipea nº 83, lançado no último mês de março. Na ocasião, foram abordados aspectos como o perfil da execução fiscal, os fluxos e tempos médios da execução fiscal, entre outros. O comunicado que foi apresentado nesta terça-feira é a segunda parte desse estudo.
- **Referência:** Íntegra do Comunicado do Ipea nº 87 e Íntegra do relatório de pesquisa sobre o Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal na Justiça Federal

- http://www.internetlegal.com.br/2011/04/informatizacao-de-processos-e-contratacao-de-pessoal-nao-melhoram-desempenho-da-justica-diz-ipea/

Mudança Cultural:

Pensar o processo com “Cabeça de papel”:

– petições apócrifas / publicação e registro / desentranhar e devolver à parte / conclusos não desfuncional

Fazenda Pública – Sintonia e cadastro de endereços ...

Difusão da Certificação Digital padrão ICP-Brasil

Exclusão Digital e Contrafés

Sentença/Petição Nota 10 – TJRS

ainda assim, será o suficiente?

Processo Eletrônico – impactos?

- Advogado – cadastramento de dados, certificado digital X acesso (vista permanente), mobilidade, aceleração

- Jurisdicionado – exclusão digital (contrafé) X transparência

Processo Eletrônico – impactos?

- Cartório – fim do envelopamento, produtividade, treinamento, especialização X liberação de servidores (transferência de servidores) e aceleração

- Central de Atendimento – desvincula dos Cartórios X acervo misto

Processo Eletrônico – impactos?

- Gabinete/Sala de Audiência – assinatura digital - gravação de audiência e tele audiência/Videoconferência X atulhamento da fase decisória

- Segundo Grau – sessões por Web Conferência (CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) - sustentação oral por videoconferência X degravação – visualização

Processo Eletrônico – impactos?

- Central de Expedição – AR Digital

- Central de Mandados e Oficial de Justiça – VPN X impressão e digitalização

- Judiciário – saúde / capacitação permanente / adequação das instalações / TI (guarda dos autos eletrônicos) / aumento do controle e segurança do acervo (estatística) / impactos ambientais / redução de custos

Processo Eletrônico – impactos?

Adequação das instalações:

Gabinete e Sala de Audiência

Central de Atendimento

Cartório – impressão de expedientes:

- edital
- ofício AR-Digital
- mandados

Processo Eletrônico – impactos?

- Novo Judiciário através da TI?
- supressão das distâncias através de tele audiência (cartas precatórias e Unidades Prisionais) e sustentação oral por videoconferência
- Unidades Regionais e Estaduais; e Municípios "Comarcas não-instaladas"
- Produzir mais com menos, prontamente

Processo Eletrônico:

processo eletrônico em permanente evolução:

- não engessamento:

flexibilidade - filas de processo com subfilas – locais “físicos” eletrônicos

flexibilidade – filtros e tarjas da instituição, da Unidade, observação

modelos de grupo e movimentação automática de processos de grupo

- reconhecimento automático de voz

- ferramentas de apoio à decisão

... sumarizadores eletrônicos

Em suma...

milhões e milhões de processos em andamento

processo eletrônico /TI são apenas parte da solução...

para além do processo eletrônico:

Repensar o Judiciário:

- Execução Fiscal
- Execução Cível
- Execução Penal

- a Câmara Especial Regional de Chapecó

? –

Taxa de Iluminação Pública X COSIP (Contribuição de Iluminação Pública)

- MUITO OBRIGADO